EDUCAÇÃO INDÍGENA EM RONDÔNIA: PROJETO, LIMITAÇÕES E NECESSIDADES DA APLICAÇÃO DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.

PINHEIRO DOS SANTOS, Ana Mel.[1]

OLIVEIRA DE ANDRADE, Rafael Ademir.[2]

A educação escolar para povos indígenas é um instrumento essencial para assegurar relações interétnicas positivas. A história da educação indígena teve diversos marcos que influenciaram de forma positiva ou negativa esse processo. Para se compreender como um todo esse processo de escolarização dos povos indígenas, é necessário principalmente falar a respeito da intervenção colonial e a catequese jesuítica, que para a coroa Portuguesa tinha como objetivo final criar uma mão de obra que seria ``civilizada``, diante do aspecto do pensamento do etnocentrismo, alterando a identidade e cultura das populações originárias. Um processo caracterizado pela imposição de uma nova língua em um sistema metodológico e pedagógico completamente incompatível com a realidade da sociedade dos grupos indígenas. A presente pesquisa possui como objeto de estudo a relação entre o Estado e os povos indígenas em Rondônia no que tange às organizações e políticas públicas para a educação escolar e superior. Assim, as variáveis da pesquisa compreendem as políticas públicas planejadas e executadas para a educação escolar e superior indígena, suas dimensões e impactos nas populações indígenas nestes níveis escolares assim como ações de auto-organização e resistências étnicas para ultrapassar eventuais dificuldades impostas pelo contexto. Considerando tal variável, a pesquisa é de natureza qualitativa, tanto por sua abordagem de levantamento quanto de análise dos dados. Segundo a intervenção proposta na pesquisa, a mesma é considerada observacional, ao passo que os dados levantados junto aos grupos estudados não apontarão para uma intervenção direta e sim para a observação e intersecção de dados coletados, apontando assim a proposta como uma pesquisa analítica, onde o causa e efeito das análises dos documentos coletados e analisados se relacionam com a prática vivida pelas populações indígenas. Ainda, houve proposição de alternativas junto ao GAEPE-RO (Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação em Rondônia) que foram construídas a partir dos resultados obtidos. O levantamento de dados foi realizado a partir das etapas descritas por Lawrence Bardin (2016) na condução de um levantamento documental e análise de conteúdo. A primeira etapa consistiu no levantamento de documentos que versam sobre políticas públicas para a educação indígena institucionalizada em Rondônia e como as populações se relacionam com tais projetos e ações.

A participação dos pesquisadores no GAEPE-RO forneceu ao grupo a população total de documentos, bem como o acesso via Lei da Transparência. A segunda etapa consistiu na construção dos procedimentos de exploração do material, quando os eixos de análise foram percebidos e recortados do material para posterior análise. Nesta etapa, foram criados códigos que permitiram a organização do material em quadros analíticos ou outra forma de exposição visual dos dados coletados. Enquanto resultados, foi possível analisar o contexto em que são regidas a educação indígena, diante de uma sociedade contemporânea. A educação indígena vai muito além de transmissão de conhecimento, mas principalmente da preservação da cultura dos povos originários, para as gerações posteriores, impulsionando a relevância cultural para a construção de um país mais democrático, promovendo uma sociedade livre, justa e solidária para o bem de todos (BRASIL, 1988). As principais dificuldades encontradas nesse processo de estímulo educacional para povos indígenas no estado de Rondônia, se encontra na ausência de uma educação especializada, com professores capacitados para esse tipo de contexto social e cultural, com matérias curriculares insuficientes que não condizem com a realidade por eles vivida. Apesar da existência de escolas dentro de territórios indígenas no estado, infelizmente, não alcança toda parcela populacional dos povos originários. Segundo dados da Seduc (Secretaria Estadual de Educação) de 2017, existem 118 escolas indígenas, voltadas para os contextos relacionais em que se vivem, entretanto, nem todas as aldeias indígenas conseguem ser inseridas dentro dessas escolas por questões geográficas, optando então por irem para escolas rurais ou escolas dentro das cidades. De acordo com dados do GAEPE/RO obtidos através do questionário fornecido para a secretarias das escolas de Rondônia, escolas que não estão em território indígenas, mas que atendem esse grupo, enfrentam dificuldades com a insuficiência de recursos para o ensino especializado ou a falta de materiais que discuta sobre temáticas de pluralidade étnico-racial, trazendo ao centro de discussão a inserção de diferentes culturas em um mesmo ambiente, oportunizando um espaço plural em que todas as culturas e costumes sejam respeitadas e valorizadas. Ademais, existem limitações para manter a permanência desse grupo na escola, por questões de transporte, didática que não convergem com a realidade cultural e social dos indígenas, gerando desinteresse dos próprios alunos em ter uma formação, prejudicando um possível desenvolvimento pleno de suas comunidades. Primeiramente, observa-se que, embora algumas escolas aleguem que o currículo da Rede de Currículo de Rondônia (RCRO) inclua a “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, na prática, essa inclusão não se manifesta de maneira planejada ou estruturada dentro do calendário escolar. Isso sugere que o tema, apesar de sua importância, não recebe a devida atenção pedagógica, sendo tratado de forma superficial ou reativa, o que limita o impacto dessas iniciativas no desenvolvimento dos estudantes. Em relação à presença de educação voltada ao campo, pedagogia da alternância, escolas indígenas, quilombolas, ou a presença de estudantes indígenas e quilombolas, os dados são alarmantes. Das 53 escolas analisadas, 35 afirmaram não se classificarem em nenhuma dessas categorias. Isso implica que, caso surja a necessidade de atender alunos indígenas ou quilombolas, essas instituições não estarão preparadas para

oferecer uma educação especializada adequada, comprometendo o atendimento a demandas específicas dessas populações. No que tange ao atendimento de estudantes indígenas, verifica-se que, embora existam escolas que acolhem esses alunos, há uma falha crítica na identificação e quantificação desses estudantes e suas respectivas etnias. Essa falta de reconhecimento impede que esses alunos recebam a educação diferenciada prevista em lei, bem como o suporte pedagógico necessário para sua inclusão plena no ambiente escolar. Além disso, o artigo destaca a oferta limitada ou inexistente de creches e pré-escolas em terras indígenas, agravando a exclusão educacional dessas comunidades. Por fim, ao se analisar os documentos orientadores das ações pedagógicas voltadas à educação das relações étnico-raciais e ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, constata-se que as instituições entrevistadas relataram a ausência de ações concretas realizadas em conjunto com as secretarias de educação. Isso reforça a percepção de que há uma desconexão entre as diretrizes políticas e sua implementação prática nas escolas, resultando em uma lacuna no atendimento educacional especializado para populações indígenas e quilombolas. A análise dos dados revela uma preocupante desconexão entre as diretrizes curriculares oficiais e a realidade vivenciada nas escolas, especialmente no que tange à inclusão de temas essenciais como a “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” e à oferta de uma educação especializada para populações indígenas e quilombolas. O fato de que muitas escolas alegam seguir o currículo da Rede de Currículo de Rondônia (RCRO), mas sem um planejamento prévio ou uma estruturação adequada dentro do calendário escolar, indica uma superficialidade no tratamento desses temas, comprometendo o impacto positivo que tais iniciativas poderiam ter na formação dos estudantes. Além disso, a ausência de uma preparação adequada das escolas para atender alunos indígenas e quilombolas é um reflexo da falta de políticas educacionais direcionadas e de uma formação específica para lidar com as demandas dessas populações. A falha na identificação e quantificação de estudantes indígenas também agrava a situação, pois impede que esses alunos recebam a educação diferenciada que lhes é de direito, conforme previsto em lei. A limitada oferta de creches e pré-escolas em terras indígenas é outro ponto crítico que evidencia a exclusão educacional que essas comunidades ainda enfrentam. A inexistência de ações concretas e articuladas entre as secretarias de educação e as escolas na implementação de políticas voltadas à educação das relações étnico-raciais e ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana reforça a necessidade de uma revisão profunda das práticas pedagógicas. É imperativo que as secretarias de educação não apenas orientem, mas também garantam que as escolas implementem essas políticas de maneira eficaz, assegurando que o currículo contemple a diversidade e respeite as especificidades culturais e educacionais das populações atendidas. Conclui-se, portanto, que é urgente uma reestruturação das práticas educacionais e das políticas públicas voltadas à educação indígena e quilombola em Rondônia. É necessário um compromisso maior por parte das instituições de ensino e das secretarias de educação para

garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade, que reconheça e valorize a diversidade cultural e atenda às necessidades específicas dessas populações. Somente assim será possível assegurar que todos os estudantes, independentemente de sua origem ou identidade, tenham acesso a uma educação equitativa e transformadora.

AGRADECIMENTOS: Agradecemos ao Programa PAP São Lucas Porto Velho Afya.
PALAVRA-CHAVE: Educação, Indígena, Especializada, Política.